

A ECONOMIA POLÍTICA DE THORSTEIN VEBLEN, OS “MITOS AUTORIZADOS” E A DICOTOMIA VEBLENIANA

Octavio A. C. Conceição *

Resumo:

Esse texto busca discutir a natureza do pensamento institucionalista de Thorstein Veblen, estabelecendo três frentes analíticas dele decorrentes. Na primeira parte, discutiremos sucintamente os principais pontos de “economia política” de Veblen e os conceitos que constituem sua visão de capitalismo. Na segunda parte, discutiremos as noções estruturantes dos hábitos e comportamentos dos indivíduos, a partir das noções de “mitos autorizados”, “vested interests” e emulação. Na terceira parte, avançaremos na discussão do conceito de “dicotomia vebleniana” proposta por Clarence Ayres, dentro do institucionalismo norte-americano pós-Vebleniano.

Abstract:

This text seeks to discuss the nature of Thorstein Veblen's institutionalistic thinking, establishing three analytical fronts arising from him. In the first part, we will briefly discuss Veblen's main "political economy" points and the concepts that constitute his vision of capitalism. In the second part, we will discuss the structuring notions of the habits and behaviors of individuals, based on the notions of enabling myths, vested interests and emulation. In the third part, we will move forward in discussing the concept of "veblenian dichotomy" proposed by Clarence Ayres, within post-Veblenian American institutionalism.

Palavra-chave: Instituições, Mudança Institucional, Economia Institucional

Keywords: Institutions, Institutional change, Institutional Economics

Área 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico

JEL: B15; B25; B52.

* Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: octavio@ufrgs.br. Pesquisador CNPQ.

Na literatura econômica sobre institucionalismo e história do pensamento econômico, Veblen tem sido reconhecido como um autor original em sua crítica ao capitalismo. Sua originalidade reside no fato de tratar os indivíduos teoricamente como algo a ser enfatizado analiticamente, mas de forma distinta e diferenciada em relação ao que o faz a teoria convencional. Invés de “dado”, teria que ser desdobrado em toda sua complexidade, dando espaço a uma análise econômica mais complexa, interativa, multidisciplinar e plurarista.

Esse aspecto tem sido negligenciado pela economia *mainstream*, quer em suas vertentes monetaristas, quanto novos clássicos e novos keynesianos. Nelas, aspectos derivados do comportamento racional otimizador, como a convergência a decisões ótimas, eficientes e previsíveis, orientam a trajetória econômica dos países, independente do contexto histórico, social e político no qual são implementadas. Assim, crescimento e desenvolvimento passam a ser vistos como derivados de adequadas e invariantes receitas de política econômica.

A Economia Brasileira recente não tem fugido a estas regras. Pelo contrário, seriam elas capazes de produzir, em um contexto “liberal”, e de cima para baixo, um ambiente que reconduziria naturalmente o país ao crescimento e à prosperidade? Para os apoiadores dessa concepção, o desenvolvimento viria automaticamente, fruto de regras e instituições “adequadas”. Tal concepção, como tantas outras - baseadas na convicção das crenças e confiança dos agentes -, constituem-se em “mitos autorizados” e “vested interests”. Por exemplo, o mito de que a reforma da previdência, ou a reforma trabalhista, traria a “volta do crescimento” é mais uma falácia do que uma estratégia para alcançá-lo. Discutiremos estes pontos em outra ocasião, embora procuremos apresentar aqui, elementos veblenianos que, a nosso ver, permitem avançar nesse sentido.

Consideramos Veblen um autor relevante por tratar desses temas em uma ótica diferenciada. Trata dos conceitos de *enabling myths*, *vested interests*, *emulation*, *idle curiosity*, *predatory versus creative instincts*, *conspicuous consumption*, *leisure class X common man*, *absentée ownership*, *sabotage*, etc.

O que se procurará demonstrar na primeira parte desse artigo é que tais conceitos não se constituem em mero glossário das noções fundamentais de Veblen, desconectados e fragmentados. Eles, pelo contrário, estabelecem uma fina e complexa interpretação do funcionamento do sistema capitalista – designado por ele de sociedade

industrial – que tem na relação indivíduo-estrutura e na forma como essas relações se estabelecem ou se dissolvem seu traço mais característico. Há elementos que reforçam ou destróem determinados padrões de comportamento que erigem as instituições, constituindo o alicerce histórico das diversas épocas, períodos ou fases, em termos nacionais, regionais ou mundiais.

Ou seja, estas noções estão associadas a distintos padrões institucionais que se moldam a partir da institucionalização dos referidos padrões comportamentais. Instituições se formam a partir dos hábitos e instintos dos indivíduos que as reforçam ou as inibem. Este mecanismo faz toda a diferença em relação às visões hegemônicas da economia convencional, explicitando que, pelo contrário, não há um ideário a ser imposto às pessoas, se elas não estiverem “aptas” ou dispostas a seguirem-no. Quem as faz seguir determinadas regras ou padrões de conduta, hábitos ou instintos são as instituições.

A amplitude do termo instituição parece aplicar-se a todas as análises econômicas, quer de natureza ortodoxa, quanto heterodoxa, e em quase todas as áreas do conhecimento nas ciências sociais. A tradição sociológica do século XX empregou-a sob diversos aspectos, enfatizando-a ora como elemento central da superestrutura, como a categoriza Karl Marx, ora como conexão entre estrutura e indivíduo, como o sugere Max Weber, e também como elemento emergente da ação individual, como preconizava Émile Durkheim.

Como veremos mais adiante, o que caracteriza o institucionalismo não é o fato de utilizar o termo instituições, mas percebê-las como resultante da interação entre os indivíduos e a estrutura social, que os formam e que é deles oriunda. O pioneiro do campo de conhecimento em Economia Institucional foi Thorstein Veblen. Nascido em 1857 e falecido em 1929, Veblen era economista e sociólogo, formado em filosofia, americano, filho de noruegueses, tendo publicado, no final do século XIX, “A Teoria da Classe Ociosa” (*The Theory of the Leisure Class*, 1899), precedido por seu ensaio *Why is economics not an evolutionary science?* (1898), e seguido, dentre outras obras, por *The Theory of Business Enterprise* (1904) e *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts* (1914). Muitos outros estudos seguiram-se como veremos resumidamente na sequência.

A revista *Journal of Economic Issues* da *Association for Evolutionary Economics* tem sido, nos últimos anos, a grande difusora do pensamento institucionalista. Nesse âmbito, Veblen é considerado um autor central, vinculado tanto

à filosofia pragmatista de Charles Sanders Peirce ¹, quanto à psicologia comportamental de William James. Além disso, é também o precursor do evolucionismo de Charles Darwin. Tais influências filosóficas explicitam a amplitude, complexidade e originalidade do seu pensamento.

O termo *Institutional Economics* (IE) foi originalmente empregado por Walton Hamilton em seu artigo clássico de 1919. Para ele, tal noção poderia “unificar” a ciência econômica, através da sua articulação entre as partes e o todo. Neste sentido advertia que a IE não poderia assumir um caráter prescritivo em termos de proposições econômicas². Daí sua preocupação com a “unificação” teórica, que se constituiria na base para a política (propositiva). Ou seja, as proposições deveriam estar assentadas em uma teoria econômica institucional, que, por definição, relaciona instituições e indivíduos, na forma do “comportamento humano”. Isto constituiria o legado original do institucionalismo. Portanto, como o pensamento vebleniano estrutura-se a partir das noções darwinianas de “variação-seleção-herança”, bem como elementos oriundos da filosofia pragmatista de Charles Sanders Peirce e da psicologia comportamental de William James, há, nesse sentido, uma forte ligação entre evolucionismo, psicologia comportamental e a filosofia pragmatista. É disto que trataremos na sequência desse artigo. Na primeira parte, faremos uma breve exposição do pensamento de Veblen; na segunda, uma exposição de seus conceitos centrais como os “mitos autorizados”, “*vested interests*” e emulação; na terceira parte, trataremos da influência de Veblen na formulação da “dicotomia vebleniana” proposta por Clarence Ayres. Muitos pontos advirão desta controvérsia, mas exploraremos em artigos posteriores.

¹ O pragmatismo é um pensamento filosófico criado, no fim do século XIX, pelo filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), pelo psicólogo William James (1844-1910) e pelo jurista Oliver Wendell Holmes Jr (1841-1935). Tal pensamento enfatizava o valor prático como critério da verdade. O pragmatismo centrava-se no comportamento prático, pragmático, enquanto aproximação do critério realista. Sob essa ótica, o valor prático constituiria o melhor critério de aproximação da verdade. Para os institucionalistas norte-americanos, como Marc Tool, Paul Bush e Philip Klein, o institucionalismo vebleniano origina-se de Peirce, James e do filósofo John Dewey, que criou a “teoria do valor instrumental”. Além de Veblen, tal teoria teve grande influência na tradição seguidora de Clarence Ayres, que se centra na noção de cerimonialismo, dando pouca ênfase nas noções de hábitos e instintos (KLEIN, 1993, p. 13). Tal divisão exerce atualmente uma clara polarização entre os veblenianos evolucionários, seguidores de Hodgson na Europa, e os veblenianos cerimonialistas, seguidores da tradição ayresiana nos EUA.

² Para Hamilton, não cabe à economia julgar propostas práticas. Isto porque: “o objeto adequado da teoria econômica são as instituições. A teoria econômica está preocupada com questões de processo, razão pela qual ela deve estar baseada em uma teoria aceitável do comportamento humano” (Hamilton, 1919, p. 313, *apud* Hodgson, 2000, p. 317).

I. O PENSAMENTO DE VEBLLEN EM BREVE RETROSPECTIVA

Se até os anos 30 do século XX, a contribuição dos escritos de Veblen para a constituição do *Original Institutional Economics* foi decisiva, o mesmo não pode ser dito no período seguinte. É reconhecido na literatura institucionalista (SAMUELS, RUTHERFORD, HODGSON), que o período 1930-60 foi caracterizado por certa negligência ou omissão em se fazer referências à contribuição do institucionalismo original. Isto representou um retrocesso no avanço da pesquisa. Em que pese sua grande influência na gestação do pensamento econômico dos anos 30, em particular sua influência na eclosão do keynesianismo, houve no pós Teoria Geral de Keynes, uma espécie de “letargia decenal” (HODGSON, 1998a) do institucionalismo no debate do *mainstream* econômico.

Isto não implica afirmar que tal agenda de pesquisa se estagnou. Pelo contrário, várias vertentes daí despontaram, consolidando, amplificando e segmentando vários desdobramentos do pensamento institucionalista. Pode parecer contraditório que seja justamente no período de letargia que tal agenda tenha se disseminado. No entanto, o que se quer explorar é que por conta dessa negligência, o institucionalismo tenha se disseminado. Destacamos 3 vertentes nesse sentido: uma maior compreensão do legado de Veblen, Commons e Mitchell; o avanço, principalmente nos EUA, do institucionalismo liderado por Clarence Ayres, que formulou a noção da dicotomia vebleniana; e a vertente que avançou pós anos 80 estabelecendo vínculo teóricos e metodológicos de Veblen com o evolucionismo.

Veblen no período 30-60 desaparece quase completamente da cena econômica, sendo sequer citado em livros-texto de HPE. É criticado inclusive por autores como Schumpeter e Coase. Por essa razão, saudamos a inclusão de Veblen em livros recentes de HPE, como o de Hunt e Lautzenheiser (2013), que asseguram o devido destaque de sua contribuição, ressuscitando sua relevância para a história do pensamento econômico.

O referido livro inicia o capítulo sobre Veblen salientando duas grandes transformações da economia capitalista entre o século XIX e início do século XX: a internacionalização do capital e a mudança na estrutura da classe capitalista. Nelas, a maioria dos capitalistas tornou-se uma mera classe de rentistas e uma minoria exercia as funções administrativas (tanto na economia quanto na política), agindo como uma espécie de comissão executiva de proteção dos interesses de toda a classe capitalista.

Tal percepção é notável nos estudos de Veblen, onde segundo Hunt e Lautzenheiser (2013, p. 276):

“[O]s trabalhos sobre Economia que refletiram e descreveram de modo mais completo a transformação institucional e cultural deste período foram os de Thorstein Veblen (1857-1929). Veblen talvez tenha sido o teórico social mais importante, mais original e mais profundo da história norte-americana. Aparentando uma posição de observador afastado, neutro e desinteressado do capitalismo norte-americano de sua época, ele era, na verdade, defensor profundamente apaixonado do “homem comum” contra os “interesses investidos”, de relações humanas lógicas e pacíficas contra a “exploração predatória” e do trabalho criativo e construtivo contra o uso da “sabotagem nos negócios”. [grifos nossos].

A teoria da evolução de Charles Darwin, em fins do século XIX, teve um impacto profundo e poderoso sobre a filosofia e a teoria social, refletindo-se nos escritos de Veblen. Ele via a sociedade como um organismo altamente complexo, sempre em processo de mudança e adaptação a situações novas. Veblen, assim como Marx, teve uma orientação histórica em todos os aspectos. A história humana era, para Veblen, a história da evolução das instituições sociais. Tais padrões comuns de comportamento humano eram, porém, muito gerais e se expressavam concretamente de formas diversas, em contextos históricos, sociais e institucionais também diferentes. Em seus trabalhos, os referidos padrões comuns eram simplesmente designados como “instintos”.

Quando Veblen empregou a palavra *instinto* (cujo uso era muito comum entre os cientistas sociais daquela época, que estavam sob a influência de Darwin), não teve intenção alguma de afirmar que o comportamento humano era instintivo da mesma forma que o comportamento animal. De fato, toda a sua teoria é uma antítese dessa ideia. Veblen descartava explicitamente qualquer noção de que o comportamento humano fosse instintivo, no sentido de ser geneticamente determinado ³:

O texto de Hodgson (1998b) caminha em sentido semelhante, distinguindo a noção de Spencer/Lamarck da noção de Darwin/Veblen. Nos primeiros, hábitos e instintos tem uma conotação caracterizada pelo caráter genótipo e, nos últimos, um

³ Para Veblen, em *Fisher's Rate of Interest (In: Essays in Our Changing Order. Nova York: Augustus M. Kelley; 1964; p. 143)*: “Na vida econômica, como em outras áreas de conduta humana, os modos habituais de atividade e as relações apareceram e foram, por convenção, transformados em uma trama de instituições. Essas instituições... têm uma força prescritiva habitual que lhes é própria... Se o contrário fosse verdade, se os homens agissem, universalmente, não com base nos fundamentos e valores convencionais da trama das instituições, mas apenas e diretamente com base nos fundamentos e valores das propensões e aptidões não convencionais da natureza humana hereditária, não haveria instituições nem cultura. Mas a estrutura institucional da sociedade subsiste e os homens vivem dentro de seus limites. (apud Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 277).

caráter fenótipo, cujas mediações culturais, históricas e sociais influenciam-na reciprocamente. Portanto, é em um arcabouço institucional histórico específico que os “padrões comuns do comportamento” humano adquiriam características concretas, particulares⁴.

Na opinião de Veblen, todos os seres humanos tinham, como em qualquer espécie animal, certas características, motivos, propensões e potencialidades comuns geneticamente herdadas, independente da cultura ou da época histórica em que vivessem. Eram precisamente a cultura e as instituições sociais que diferenciavam os seres humanos dos outros animais.

Os traços comuns a todos os seres humanos, que eram muito mais maleáveis do que os dos animais, só podiam ser encontrados, em sua expressão concreta e real, num contexto cultural. Além do mais, dependendo das instituições sociais em questão, certos traços poderiam tornar-se exagerados em importância, enquanto outros poderiam ser suprimidos ou sufocados. Era com referência a esses traços e potencialidades comuns que Veblen empregava o termo instinto.

Clarence Ayres, no pós-guerra, passou a representar de forma mais hegemônica a corrente institucionalista norte-americana⁵. Embora tenha se afastado de posições próximas a Darwin e optado por explicar Veblen, menos a partir da noção de instintos, que ele negligenciava, e mais a partir da dicotomia vebleniana entre “cerimonialismo” e “produtivismo”, reconhece a relevância e originalidade da abordagem de Veblen. Para Ayres é a “dicotomia” que explica a própria dinâmica das sociedades capitalistas de sua época.

⁴ Em *Limitations of Marginal Utility* (p. 241-242), Veblen afirmou: “Como toda cultura humana, esta civilização material é um esquema de instituições – trama institucional e crescimento institucional... O desenvolvimento da cultura é uma sequência cumulativa de hábitos, e suas maneiras e meios são a reação habitual da natureza humana às exigências que variam incessante e cumulativamente, mas com uma sequência coerente nas variações cumulativas em andamento – incessantemente, porque cada novo movimento cria uma nova situação que induz a mais uma variação da maneira habitual de reagir; cumulativamente, porque cada nova situação é uma variação do que foi antes e incorpora como fatores causais tudo o que tenha sido provocado pelo que tenha vindo antes; de forma consistente, porque os traços subjacentes da natureza humana (propensões, aptidões etc.) que provocam a reação e que servem de base para a formação dos hábitos permanecem substancialmente inalterados. (apud Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 277).

⁵ Para Ayres: “Thorstein Veblen foi um teórico social de primeira linha, e sua contribuição mais importante foi, de longe, sua teoria dos instintos. Faço esta afirmação, apesar do fato de a própria noção de instinto estar hoje cientificamente obsoleta. É claro que foi por isso que toda uma geração de críticos hostis concentrou-se em ridicularizar Veblen por aquilo que era, aparentemente, seu ponto mais vulnerável. Mas com isso demonstraram sua própria falta de compreensão, não só de Veblen como também do comportamento humano.” [AYRES C. E. *Veblen's Theory of Instincts Reconsidered*. In: *Thorstein Veblen: A Critical Reappraisal*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press; 1958; p. 25; apud Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 278).

A característica central dessas sociedades se evidenciava em todos os seus escritos: os traços básicos implícitos no comportamento humano estavam inter-relacionados numa dicotomia fundamental e antagônica, que existia, de uma ou outra forma, em quase todas as sociedades. Tais traços podiam ser classificados em dois grupos em conflito. De um lado, estava a noção de “instinto de construção”, de outro, estava a noção do instinto de “exploração” ou “instinto predatório”. Ao instinto de construção estavam traços que Veblen chamava de “instinto paternal” (*parental bent*) e “instinto da curiosidade ociosa”. Tais instintos eram responsáveis pelos avanços na produtividade e na expansão do domínio humano sobre a natureza. Também eram responsáveis pelo grau de satisfação das necessidades humanas de afeição, cooperação e criatividade.

Associados ao instinto de exploração, ou predatório, estavam o conflito humano, a subjugação e a exploração sexual, racial e de classe. As instituições sociais e o comportamento habitual, quase sempre, tendiam a ocultar a verdadeira natureza do comportamento exploratório e predatório por trás do que Veblen chamava de “espírito esportivo” e “cerimonialismo”. A teoria social de Veblen consistia na identificação desses dois conjuntos de padrões comportamentais, cujas instituições sociais, através das quais eles se manifestavam (que Hodgson designou de “*reconstitutive downward effects*”), constituíam seu ponto central.

Críticas de Veblen à Economia Neoclássica

Concentrava-se nesse ponto a crítica fundamental de Veblen à economia neoclássica, que ele reconhecia como um mero desenvolvimento do utilitarismo de Bentham, a partir de uma visão e a-histórica e simplista acerca da natureza humana e das instituições sociais. Ao tentar explicar tudo em termos de comportamento racional, egoísta e maximizador, a economia neoclássica nada explicava. No cerne do fracasso da economia neoclássica estava sua concepção da natureza humana ⁶.

⁶ Em *Why Economics Is Not an Evolutionary Science* (In: *The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays*. Nova York: Russell and Russell; 1961; p. 73-74) afirmou que: “A concepção hedonista do homem é a de que ele seja um calculador de prazeres e dores, que liga e desliga, que oscila como um glóbulo homogêneo de desejo de felicidade sob o impulso de estímulos que o deslocam de um lado para outro, mas que o deixam intacto. Ele não tem antecedentes nem ações consequentes. É um dado humano isolado, definido, em equilíbrio estável, a não ser pela ação repentina das forças que atuam sobre ele e que o deslocam em uma ou outra direção.” (apud Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 279).

Em Veblen, a teoria econômica neoclássica obscurecia a natureza do antagonismo básico do capitalismo, que era o conflito entre proprietários e trabalhadores, primeiro fazendo com que ele parecesse apenas aparente e não real; depois, fazendo com que a relação entre empregado e empregador parecesse atemporal e eterna. Uma das características dominantes, historicamente distintas e específicas do capitalismo contemporâneo – insistia Veblen –, era uma “*hostilidade constante e mal intencionada por parte dos operários em luta com seus empregadores e os proprietários ausentes dos quais eles eram empregados*” (VEBLEN Thorstein. *Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times*. Nova York: Augustus M. Kelley; 1964; p. 402-403, apud Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 281).

Veblen foi além de uma mera crítica lógica ou empírica da economia neoclássica, ilustrando, no quadro de referência de sua própria teoria, a funcionalidade histórica e institucional da teoria neoclássica no atendimento das necessidades da propriedade ausente e dos “interesses investidos”. Havia uma “dicotomia antagônica do capitalismo”, caracterizada por dois conjuntos opostos de traços comportamentais. Tais traços se manifestavam, em diferentes épocas históricas, através das instituições sociais e dos modos de comportamento peculiares a essas épocas. A principal preocupação de Veblen era analisar e compreender o capitalismo. Assim como Marx, que, em meados do século XIX, estabeleceu que a Inglaterra era o protótipo da sociedade capitalista, Veblen, na última década do século XIX e nos primeiros 25 anos do século XX, tomou os Estados Unidos como protótipo. Para ele, a questão central era como esses dois conjuntos antagônicos⁷ de traços comportamentais se manifestavam através das instituições do capitalismo. Tal questão foi abordada sob três pontos de vista:

- (a) a ótica da Psicologia Social, distinguiu os indivíduos e as classes pelo comportamento dominado pela propensão à exploração (ou ao instinto predatório) daqueles cujo comportamento era dominado pelo instinto construtivo – dados pela inclinação paternal (*parental bent*) e pelo desenvolvimento da curiosidade ociosa (*idle curiosity*);
- (b) a ótica da Economia, Veblen via a “dicotomia” entre as forças que chamou de “negócios” e as forças que chamou de “indústria”;

⁷ Dessa polarização entre instintos predatórios e criativos, estabeleceu-se certa “dicotomia”, sempre presente na análise de Veblen. Ayres desenvolveu a “dicotomia vebleniana”, polarizada entre “cerimonialismo” ou *invidious* (instituições) e “instrumental” (ou tecnologia). No caso, as instituições obstruem o avanço tecnológico. Discutiremos mais esse ponto no item III do artigo.

(c) a ótica da Sociologia, a “dicotomia” se manifestava nas diferenças entre o “cerimonialismo” e o “espírito esportivo” da “classe ociosa” e o comportamento mais criativo e mais cooperativo característico do “homem comum”.

Cada um desses três níveis de análise fundia-se com os outros dois, influenciando a constituição da sociedade na ótica de duas classes principais: os capitalistas (aos quais se referia como “interesses investidos”, “proprietários ausentes”, “classe ociosa” ou “capitães de indústria”) e a classe operária (que ele chamava de “engenheiros”, “trabalhadores” e “homem comum”).

Na base da estrutura de classes estava a instituição da propriedade privada. Veblen começou sua análise rejeitando a abordagem da propriedade privada calcada nos “direitos naturais” [VEBLEN Thorstein. *The Beginnings of Ownership. In: Essays in Our Changing Order. Nova York: Augustus M. Kelley; 1964; p. 32.*] Embora a produção seja sempre social, as leis da propriedade privada no capitalismo determinavam a distribuição da produção social, que era particular e individual. Isso representava, na opinião de Veblen, o antagonismo social básico. Todo progresso humano tinha sido alcançado através de avanços na produção social, mas a apropriação era privada. Tais avanços, em geral, resultavam do “instinto de construção” e da “curiosidade ociosa”. Já a propriedade privada resultava do “instinto predatório” e se opunha ao “instinto construtivo”. Historicamente, na opinião de Veblen, o instinto construtivo era anterior ao instinto predatório e mais fundamental do que ele. Uma proposição central a toda a filosofia social de Veblen era que “a vida do homem é atividade e, na medida em que ele age, também pensa e sente” (VEBLEN Thorstein. *The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labor. In: Essays in Our Changing Order. Nova York: Augustus M. Kelley; 1964; p. 85.*)

Nas sociedades pré-capitalistas, a divisão de classes era um pouco mais nítida e era percebida com mais clareza do que no capitalismo ⁸. Já uma sociedade dividida em classes era uma sociedade predatória: o instinto predatório dominava o instinto construtivo, muito embora a classe predatória dominante fosse sempre numericamente inferior em relação ao povo comum que trabalhava. Ao sujeitar o trabalhador a inúmeras indignidades e opressões, a sociedade predatória tendia a restringir e bloquear

⁸ Segundo VEBLEN em *The Instinct of Workmanship and the Irsomeness of Labor (In: Essays in Our Changing Order. Nova York: Augustus M. Kelley; 1964; p. 42)*: “Na servidão e na escravidão, os que trabalham não podem possuir e os que possuem não podem trabalhar.”

o instinto construtivo e, com isso, tornar quase todos os trabalhos desagradáveis, apesar de o instinto construtivo envolver, inerentemente, sentimentos agradáveis de autorrealização. Nas sociedades divididas em classes: “...o aspecto desagradável do trabalho é um fato espiritual; está na indignidade da coisa. Seu aspecto desagradável é, obviamente, não menos real e irrefutável, por ser de caráter espiritual. Na verdade, por isso mesmo ele é mais substancial e irremediável. (VEBLEN. “*Instinct of Workmanship*”, p. 95, apud Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 284).

Com a propriedade privada e a cultura predatória também apareceu a subjugação da mulher ⁹. Daí se originou a ideia de que o contato excessivo com as mulheres era “cerimoniosamente errado para os homens”. Isso “durou e foi transmitido a culturas posteriores, significando falta de valor ou incapacidade levítica das mulheres; por isso, até hoje, achamos impróprio as mulheres se igualarem aos homens ou representarem a comunidade em qualquer relação que exija dignidade e capacidade representativa” (Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 285).

Estrutura de Classes e o domínio da Indústria pelos negócios

A propriedade privada e o instinto predatório levaram às sociedades predatórias, e divididas em classes, da época da escravidão e da época feudal. O capitalismo foi o resultado final do feudalismo na Europa Ocidental. Enquanto o instinto predatório dominou totalmente a sociedade escravocrata e feudal, no capitalismo, houve um importante e profundo desenvolvimento do instinto construtivo. O capitalismo – ou, como Veblen algumas vezes o chamava, “o regime da propriedade ausente e do trabalho por contrato” (VEBLEN, *Absentee Ownership*, p. 29) – começara como uma sociedade “quase pacífica” na qual as forças construtivas se tinham desenvolvido originariamente muito depressa.

Entretanto, com o decorrer do tempo, as forças construtivas e as forças predatórias de exploração entraram em choque. Esse antagonismo foi expresso por Veblen como um conflito entre “negócio” e “indústria”, ou entre “vender” e “trabalhar”.

⁹ Em *The Barbarian Status of Woman* (*In: Essays in Our Changing Order*. Nova York: Augustus M. Kelley; 1964; p. 51-52) Veblen afirmou que: “A luta, juntamente com outros trabalhos que envolvem um sério elemento de exploração, se resume a empregar homens fisicamente aptos; o trabalho diário e rotineiro do grupo é entregue às mulheres e aos fracos... A fraqueza, ou seja, a incapacidade de explorar, é desprezada. Uma das primeiras consequências desta depreciação da fraqueza é um tabu em relação à mulher e ao seu trabalho.” (apud Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 285).

Na Europa Ocidental, o capitalismo se originara do feudalismo, porque, naquela cultura, o instinto predatório e sua concomitante cultura patriarcal ainda não se tinham desenvolvido completamente ¹⁰.

No período subsequente, de “trabalho livre”, em que a obrigação de trabalhar era causada pela necessidade de ganhar a vida e não por uma necessidade imposta coercitivamente, o instinto construtivo prosperou e as artes industriais apresentaram grande progresso. No século XIX, as forças predatórias, que tinham sido herdadas das sociedades escravocratas e feudais, começaram a ganhar força. Isso continuou até o sistema capitalista chegar, no fim do século XIX, ao ponto em que, as forças construtivas e as forças de exploração, eram, ambas, forças poderosas. Essas duas forças sociais estavam presentes em classes inteiramente diferentes, no capitalismo: “*O interesse e a atenção das duas classes... típicas... se separam e entram num processo de diferenciação progressiva, seguindo dois cursos diferentes.*” (Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 286). A primeira classe tinha o instinto construtivo:

Os operários, trabalhadores e técnicos – qualquer que seja o termo usado para designar a categoria geral de pessoas sobre a qual a capacidade tecnológica de uma comunidade tem um efeito diretamente industrial – são os que têm de trabalhar para ganhar a vida, fazendo, assim, convergirem seus interesses e a disciplina de sua vida de trabalho diário no sentido de uma apreensão tecnológica de fatos materiais. (idem, p. 286).

A segunda classe tinha o instinto predatório:

Estes proprietários, investidores, patrões, empregadores, empreendedores, empresários estão ligados a bons negócios... O treinamento dado por essas ocupações, e que constitui requisito para sua prática efetiva, está voltado para a administração pecuniária e o entendimento das finanças, preços, preços e custos, preços e lucros e preços e prejuízos... isto é, está voltado para suas inclinações e sentimentos próprios. (Ibidem, p. 286).

Enquanto a essência do sucesso dos trabalhadores envolvia criatividade produtiva, a essência do sucesso dos proprietários e empresários envolvia vantagens para explorar os outros ¹¹. Esse treinamento promovia os ideais predatórios, ao passo

¹⁰ Segundo Veblen em *The Instinct of Workmanship* (Nova York: Augustus M. Kelley; 1964; p. 202): “Devido à falta de treinamento suficiente em hábitos de pensamento predatórios (conforme se pode verificar, por exemplo, no patriarcado incompleto dos povos do norte da Europa), a cultura predatória deixou de atingir o que pode ser chamado de maturidade normal no sistema feudal europeu.” (Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 285).

¹¹ Para Veblen: “O ganho pecuniário é um ganho diferenciado e os negócios procuram obter esses ganhos... comumente... é uma diferença, por exemplo, entre as despesas do empresário e o retorno do capital – quer dizer, entre o empresário e a massa de pessoas que não têm jeito para ser empresários e com a qual ele tem que lidar direta ou indiretamente. Para fins desta negociação, baseada em diferenças,

que o treinamento dos operários promovia os ideais construtivos. No entanto, embora os ideais construtivos fossem muitíssimo úteis à sociedade, destruiriam a própria base institucional que sustentava a existência luxuosa, ociosa e parasitária da classe dos proprietários ausentes. Portanto, era sempre necessário contrabalançar o crescimento exagerado dos ideais construtivos ¹².

A busca do lucro ou os negócios geravam um comportamento totalmente afastado da indústria ou do instinto construtivo. Os proprietários tinham uma presença cada vez menor na direção da produção, que era confiada a “uma classe profissional de engenheiros da eficiência” ¹³. Mas a preocupação dessa nova classe administrativa de engenheiros da eficiência nunca era com a própria produtividade, nem com a prestação de serviços à comunidade em geral. Tinha realmente surgido o que Veblen chamava de uma “Nova Ordem” na qual a indústria - onde apenas o instinto construtivo era promovido e desenvolvido - estava totalmente subordinada aos negócios, onde o lucro era a única preocupação.

Os negócios estavam, por sua vez, subordinados ao engrandecimento da riqueza dos proprietários ausentes [*absentée ownership*] e existiam com esse fim ¹⁴. A principal contradição antagônica do capitalismo moderno estava entre as novas formas sociais de produção, orientadas para a eficiência produtiva e para o serviço a toda a comunidade, e as leis da propriedade privada, que colocavam o controle da indústria nas mãos de proprietários ausentes, que dirigiam a indústria para o lucro:

Portanto, a nova ordem é, por assim dizer, uma coisa mal assentada. É uma organização de novas formas e meios, em termos de processos industriais e mão de obra, sujeita a um controle irresponsável por parte de um corpo de empresários

a fraqueza de uma das partes (em termos pecuniários) é tão importante quanto a força da outra – significando, ambas, substancialmente, a mesma coisa.[Ibid., p. 191].” (Hunt & Lautzenheiser, 2013, pág. 286).

¹² Na mesma obra citada acima, Veblen afirmou que: “*Os padrões de propriedade impostos à comunidade pelas classes melhor aquinhoadas terão um efeito corretivo considerável sobre a mentalidade do homem comum, em relação a este e a muitos outros aspectos e, com isso, agirão no sentido de manter a presença constante dos ideais predatórios e dos pressupostos predatórios, depois de a situação econômica, de modo geral, ter assumido... uma forma comercial. [Ibid., p. 185-186].”*(Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 286).

¹³ “O trabalho dos engenheiros da eficiência... está sempre a serviço da empresa... em termos de preços e de lucros.” Em: VEBLEN Thorstein. *The Instinct of Workmanship*. Nova York: Augustus M. Kelley; 1964; p. 224.

¹⁴ Nesse sentido afirmou Veblen em *Absentee Ownership* (p. 210-211): “*Essa nova ordem na indústria e nos negócios norte-americanos pode ser vista como tendo surgido logo que uma maioria significativa dos recursos industriais do país, inclusive o sistema de transportes, passou seguramente para a propriedade ausente, em escala suficientemente grande e em valor suficientemente alto, para permitir que esses recursos nacionais e as indústrias que deles faziam uso fossem alvo de uma vigilância e um controle conjunto dos interesses investidos que representavam esses grandes proprietários ausentes.* (Hunt & Lautzenheiser, 2013, p. 287).

antiquado, que segue uma estratégia superada para atingir fins obsoletos. [Ibid., p. 287).

A natureza do controle dos negócios sobre a indústria foi descrita por Veblen com um termo: “sabotagem”. Os negócios “sabotavam” a indústria para ter lucro. Sabotagem era definida como o “abandono consciente da eficiência” (VEBLEN Thorstein. *The Engineers and the Price System. Nova York: Augustus M. Kelley; 1965; apud Hunt & Lautzenheiser, 2013, p.288*). Esse quadro do capitalismo não era, para Veblen, nem um quadro de crise, nem uma situação incomum, mas um retrato de como o capitalismo funcionava. Essa forma de funcionamento não era devida a qualquer imoralidade inerente aos proprietários ausentes, mas resultante da estrutura essencial do capitalismo determinada institucionalmente. Portanto, o estado normal do capitalismo moderno, segundo ele, era de depressões cíclicas, razão pela qual “... a depressão crônica, mais ou menos pronunciada, é normal nos negócios do regime plenamente desenvolvido da indústria mecanizada.” (VEBLEN Thorstein. *The Theory of Business Enterprise. Nova York: Augustus M. Kelley; 1965; p. 234*).

II. “MITOS AUTORIZADOS”, “VESTED INTERESTS” E EMULAÇÃO

Das noções trazidas por Veblen em A Teoria da Classe Ociosa, os conceitos de “mitos autorizados”, “interesses investidos” e emulação são essenciais à conexão da ação dos indivíduos com o ambiente institucional. Há vários estudos que tratam destes conceitos, publicados principalmente na revista *Journal of Economics Issues*. Na sequência desse texto, discutiremos tais noções, a partir da contribuição do institucionalista radical William Dugger, que, junto com Howard Sherman, produziu, no ano 2000, o livro *Reclaiming Evolution: A dialogue between Marxism and institutionalism on social change* (DUGGER & SHERMAN, 2000). Nele são discutidos diversos conceitos, como os sugeridos acima nas duas perspectivas teóricas.

O conceito de *enabling myth* (mitos autorizados) afeta a sociedade de três maneiras: nas relações econômicas, nas instituições sociais e políticas e na tecnologia. Do ponto de vista das relações econômicas, os mitos autorizados, afetam-nas através dos “interesses investidos”, que criam estereótipos, pontos cegos e padrões dúbios, que consideram tais pontos geradores de desigualdades, em termos de classe, raça, gênero, nacionalidade, religião e orientação sexual. Nas sociedades estratificadas, os mitos

carregam significantes cargas emocionais aos que neles acreditam, constituindo-se em positivas ou negativas.

Os bodes expiatórios (*scapegoating*) carregam as cargas negativas e a emulação cria as positivas. As cargas emocionais tornam os mitos poderosos mecanismos de controle social, que fortalecem as relações econômicas do *status quo* e consolidam o poder dos “interesses constituídos”. Membros dos estratos superiores podem se tornar renegados, passando a atacar o sistema, se começarem a acreditar que seus privilégios e poderes não são merecidos. Da mesma forma, membros dos estratos inferiores podem se tornar revolucionários, também atacando o sistema, se começarem a crer que seus encargos e fraquezas não são merecidos. Os mitos autorizados auxiliam os patriarcas, supremacistas brancos, capitalistas, chauvinistas, fanáticos religiosos, e atacantes de gays para justificar suas posições desiguais na sociedade.

Os renegados assim se tornam quando esses “mitos autorizados” ensinam que os mesmos são poderosos e privilegiados e por isso são superiores. Os revolucionários assim se tornam quando estes mitos autorizados ensinam que estas pessoas, em termos de riqueza e poder, são inferiores. Convencer os da base é mais difícil que os do topo. Os mitos autorizados ajudam a manter os mais pobres, mais menosprezados e mais fracos na base, através de dúvidas e da criação de “pontos cegos” (*blind spots*) em suas próprias mentes sobre se eles merecem ou não sua posição inferior. Se assim o fossem, deveriam se conformar e assegurar sua exploração e humilhação. E se não merecessem tal tratamento, deveriam se organizar e lutar contra a sua opressão. Nesse caso, os “mitos autorizados” podem vir a sugerir que as coisas nunca mudarão, sendo desnecessárias tentativas nesse sentido:

Enabling myths are a part of a society's dominant ideology that support the divisions of a stratified society. They are a form of learning that enables the people at the top of the social pyramid to feel superior and the bottom inferior. (A general theory of inequality is in Dugger 1996a, b. See also Sherman 1996.) People must be taught the why and wherefore of social stratification. Such knowledge is not a part of human nature, but of human culture and must be taught to succeeding generations. Enabling myths are not due, however, to a conspiracy. It is more complicated than that. Patriarchs or capitalists do not simply get together and make up some falsehoods to tell to the women and workers to convince them of their inferiority and of the futility of trying to improve their lot. Enabling myths are products of cultural evolution, not conspiracy. (DUGGER & SHERMAN, 2000, p. 70).

Os mitos autorizados devem ser analisados dentro de contextos sociais, mesmo parecendo irracionais e absurdos, constituindo-se em poderosos instrumentos de controle de grandes massas da população:

Enabling myth is similar to propaganda, in that both are means of social control used by the powerful to control the powerless. However, enabling myth is far more permanent and penetrates far deeper into the culture of a people than the propaganda used by a particular political regime. In this respect, enabling myth is more like folklore, for both enabling myth and folklore penetrate deeply into culture and they both arise from deeply within culture. (See Arnold 1966 for an interesting study of the US). (DUGGER & SHERMAN, 2000, p. 70).

No que tange à emulação, a *Theory of the Leisure Class* de Veblen constitui uma excelente análise institucional sobre esse conceito. Ele carrega uma grande carga emocional positiva, transferidas às pessoas da base inferior, que passam a admirar e copiar os hábitos e comportamentos das do topo superior. Através da emulação, os oprimidos querem ser tão semelhantes aos seus opressores, quanto possível.

Enquanto a emulação se aplica ao olhar os do topo da escala social, o “bode expiatório” [*scapegoating*], por outro lado, aplica-se ao olhar para os de baixo da escala social: *emulation* direciona-se ao status, riqueza, poder e privilégios; *scapegoating* direciona-se à humilhação, pobreza, fraqueza e privações ¹⁵.

Assim, segundo os autores, emulação e *scapegoating* diferenciam os sentimentos dos membros das sociedades estratificadas e disseminam tais fluxos de sentimentos em duas direções: emulação direciona-se à disseminação de sentimentos positivos de baixo para cima em direção aos estratos superiores; e o *scapegoating* direciona sentimentos profundamente negativos em direção aos estratos inferiores. Portanto, *enabling myths*, de um lado, ressalta as “boas” qualidades dos estratos superiores e reforça uma poderosa corrente de profundas emoções positivas, e, de outro lado, reforça a má qualidade dos estratos inferiores e reforça um amplo campo oposto de emoções negativas. Estabelecem-se, assim, uma rede de “interesses constituídos” (*vested interests*) que reforçam os de cima e atacam os de baixo. Segundo Veblen na TCO, os mitos

¹⁵ Segundo Dugger & Sherman (2000, p. 73): “Gunnar Myrdal’s *American Dilemma* provides the standard institutionalist analysis of scapegoating. Scapegoating is particularly. For example, elite German men, having lost the First World War, looked downward with hatred and lies toward Jews, scapegoating the Jews (who had nothing to do with the German loss) for their own loss of privilege, power, and machismo. The Germans who scapegoated them eventually murdered millions of innocent Jews in the Holocaust – the Nazi “Final Solution” to the “Jewish Problem.” Power determines who is scapegoated and who is emulated. Bottom groups are scapegoated because they are powerless, not because they are the cause of some social shortcoming. Lacking power, people in the bottom groups have difficulty defending themselves from scurrilous attack. They also have difficulty in promoting an effective counterattack. In the reverse way, people in top groups are emulated because they are powerful, not because they are the cause of some social success. (DUGGER & SHERMAN, 2000, p. 72).

autorizados baseados na emulação são “institucionalizados” de maneira concreta pela classe ociosa: seus membros premiam seus próprios membros, através de conexões honoríficas, ligadas aos meios de produção; e pouco se importam com o trabalho direto com os meios produção. Para Veblen:

Honorific connections are about ownership, not workmanship. Ownership engages with deeds and mineral rights, with shares of stock in corporations, with bonds and mortgages on valuable property, with beneficial interests in trusts, with inheritances and bequests from ancestors, and with foreclosures and sales of other people's property. All such are honorific. Creating, destroying, and transferring these honorifics (meaning objects that bring honor and prestige) take much ingenuity, time, and effort. Nevertheless, doing so is not considered in the same light as the ingenuity, time, and effort put out by a carpenter, electrician, or cook. In short, the leisure class produces honor and income for itself, keeping itself in the upper strata of society. The working class produces the products and performs the services needed to keep the society going materially. So, enabling myths must convince those who do the work that they do not deserve all the credit or the income for doing so. Rather, the members of the leisure class are designated by the enabling myths as the deserving ones. The lower strata must be continually scapegoated to seem unworthy, while the upper strata must be continually emulated to seem worthy. That is the great service performed by enabling myths to the reproduction of the status quo of stratified societies. (DUGGER & SHERMAN, 2000, p. 73).

A economia está cheia de mitos. Um dos mais recorrentes na teoria econômica é a “taxa natural de desemprego”, sugerindo que todas as sociedades estão sujeitas à taxas “dadas” e constantes de desemprego, abstraindo todas as demais circunstâncias sociais. A tecnologia, as mudanças sociais e diferenças culturais são negligenciadas e a relação inflação/desemprego é absolutizada, como única relação relevante da economia. Outro mito é que o pobre é preguiçoso, por isso vive na pobreza. Dugger aponta vários itens que justificam porque tais justificativas são falsas, que vão desde o fato de os pobres se dedicarem a trabalhos tediosos e desagradáveis, até o “fato” de serem incapacitados para o trabalho. Outro mito é de natureza racista e sexista que produz grupos inferiores uns aos outros. Muito comum também é o mito de que a democracia americana é perfeita, produzindo iguais oportunidades e voz a todas as pessoas. Portanto, na análise de Veblen:

Enabling myths support a society's basic institutions and vested interests. Enabling myths do not emerge because of conspiracies of the top strata against the bottom strata, but they emerge because such myths enable those with vested interests to feel good about themselves and enable those without vested interests to accept their fate. If there is anything “natural” about stratified societies, it is this: enabling myths are a natural support of them. Since our society is based on market capitalism, the market and capitalismo are its most important economic institutions

and the strongest interests in our society are vested in the control of markets and in the ownership of capital. “Naturally” then, the most important enabling myths of our time have to do with markets and with capital. (DUGGER & SHERMAN, 2000, p. 73).

Estas conexões revelam uma crítica perspectiva de funcionamento do capitalismo, cuja contribuição de Veblen demonstra relevância analítica, teórica e histórica. Após a morte de Veblen, em 1929, o institucionalismo original entrou em decadência, deixando seu legado negligenciado por muitas décadas. Clarence Ayres, um de seus discípulos, entretanto, retomou seu legado, conferindo um caráter mais pragmatista e comportamental, do que evolucionário. É dele que trataremos na sequência.

III. A DICOTOMIA VEBLENIANA EM AYRES: *TECHNOLOGY VERSUS CEREMONIALISM*

Clarence Ayres interpreta o trabalho de Veblen como uma manifestação da distinção básica que caracteriza as estruturas sociais dos países, a partir do que denominou de “dicotomia vebleniana”. Tal dicotomia produziu o que ele designou de “*cultural lag*” no campo das ciências sociais. DUGGER & SHERMAN (2000, p. 176), citando Ayres, afirmam que:

“Two forces seem to be present in all human behavior in all ages: one progressive, dynamic, productive of cumulative change; the other conter progressive, static, inhibitory of change” (Ayres 1978, xv). Ayres says that these two forces are “technology” (Veblen’s old industrial abundance) and “ceremonialism” (Veblen’s old business profit). Ayres stated: The history of the human race is that of a perpetual opposition of these forces, the dynamic force of technology continually making for change, and the static force of ceremony – status, mores, and legendary belief – opposing change (Ayres 1978: 176). While ceremony entails getting something for the work that is done, technology means actually doing the work. The great liberating and forwardlooking force in social evolution is technology, defined broadly as all skills and tools that help human beings to improve the life process. Technology, for Ayres, was more than the activities of tinkers and the accumulation of their gadgets. It is all demonstrable knowledge, an inherent part of culture, an instrumental continuum that brought us not only the industrial revolution but also the industrial way of life.”

Enquanto Veblen reivindicava uma vinculação com Darwin, Ayres o fazia em relação a John Dewey (1859-1952). Dewey foi um filósofo e pedagogo norte-americano, e um dos principais representantes da corrente pragmatista inicialmente

desenvolvida por Charles Sanders Peirce, Josiah Royce e William James. Dewey formulou sua “teoria do valor”, cujos seguidores designaram-na de “teoria do valor instrumental”. Tal teoria seguia a tradição instrumentalista pragmática no âmbito da política econômica, dentro do institucionalismo norte-americano. Segundo Marc Tool, o desenvolvimento dessas aplicações da “*theory of instrumental valuation*” é, para alguns, designado de “*neoinstitutional economics*”, que ele define como “... *American institutional economics in the post-World War II period developed primarily under the influence of the teaching of Clarence E. Ayres*” (TOOL, 1993, p. 129). Assim, a teoria do valor instrumental, embora não seja aceita uniformemente pelos institucionalistas – principalmente fora dos EUA –, tem sido abrigada metodologicamente na agenda de pesquisa designada genericamente de “neoinstitucionalista”¹⁶.

Essa visão segue o OIE (*Original Institutional Economics*) de Veblen, Commons e Mitchell, mas tem forte base na dicotomia vebleniana de Clarence Ayres. Aspectos evolucionários em tal concepção, bem como a noção de hábitos e instintos, são, embora reconhecidos, amplamente negligenciados. Assim, a análise econômica tem um caráter propositivo, no sentido “normativo”, o que define o problema econômico como uma distinção entre “o que é” e “o que deveria ser”. Portanto, nesse sentido, o construto de “valores sociais” deve ser empregado com vista à identificação do significado social da investigação econômica.

A variante “evolucionária” de Veblen, seguida por Geoffrey Hodgson em seus textos, não segue esta perspectiva teórica, preferindo avançar em um nexos teórico e

¹⁶ Marc Tool afirma que o termo “neoinstitucional”, assim como o termo “instrumental”, tem sido obscurecido por usos incompatíveis com os referendados pela literatura do institucionalismo norte-americano. Normalmente o referido termo foi cooptado pelos “novos institucionalistas” da NEI, cuja metodologia é fundamentalmente incompatível com o que eles chamam “... *old institutionalists (i.e., contributors to the standard American institutionalist literature)*”. Como referência do “*new institutional economics*” cita Richard N. Langlois (*Economics as Process: Essays in the New Institutional Economics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1986). Vê, principalmente na Europa, a associação do termo “neoinstitucional” como sinônimo de “new institutional economics”. Por exemplo, um economista neoclássico europeu no campo da NEI, que se refere a seu programa de pesquisa como “*neoinstitutional economics*” é Thrainn Eggertsson (*Economic Behavior and Institutions*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990). Já os “neoinstitucionalistas” europeus da variedade “*old institutional economics*”, são simpáticos à sua exclusiva reivindicação do termo “neoinstitucionalistas”, por serem altamente críticos à NEI e sua cooptação do termo “institucional”, “neo” ou coisa que o valha. Inclui nessa vertente crítica da literatura institucionalista os trabalhos de: John Adams, “*Reinventing the Mos: Neoclassical Ignorance of Institutionalism as a Source of Fame and Employment*,” a paper presented to the Fourth Colloquium of the Charles Gide Association, Marseilles, France, September 19 and 20, 1991; Geoffrey M. Hodgson, “*Institutional Economic Theory: The Old versus the New*,” *Review of Political Economy* 1 (November 1989): 249-269, reprinted in Geoffrey M. Hodgson, *After Marx and Sraffa* (London: MacMillan, 1991), pp. 194-213; Anne Mayhew and Walter Neale, “*The Implicit Theory and Method of the Old (and Real) American Institutionalists*,” a paper presented to the Fourth Colloquium of the Charles Gide Association, Marseilles, France, September 19 and 20, 1991.

metodológico do OIE com a psicologia dos hábitos e instintos, e na construção de um campo teórico mais evolucionário do que “cerimonial”. Em outros trabalhos discutiremos mais profundamente estes aspectos, reiterando desde já, nosso reconhecimento à pertinência e relevância das sucessivas contribuições de Hodgson (1998a, 1998b, 2000, 2004, 2006, 2009).

Para Marc Tool, a heterodoxia seguiu Gunnar Myrdal e incluiu a teoria dos valores sociais na agenda de investigação, como elemento relevante à análise¹⁷. Com isso, estreitou-se a vinculação entre Veblen-Dewey-Ayres, que constituiu a espinha da TVI (Teoria do Valor Instrumental). Para ele:

On my reading, the normative construct most frequently used by institutionalists is the instrumental principle of social value as it has emerged in this century, and especially in the last few decades. This instrumental principle originated in the writings of John Dewey and Thorstein Veblen; it was developed by Clarence Ayres and Fagg Foster, and amplified by their students. Veblen's principle contribution was the formulation of what has come to be called the "Veblenian dichotomy"; it appears in a variety of forms in all of his major works. A representative formulation is found in his Leisure Class:

"Institutions . . . may be roughly distinguished into two classes or categories, according as they serve one or the other of two divergent purposes of economic life[:]:... acquisition or production . . . pecuniary or industrial [activity]... [an] invidious or non-invidious economic interest."

Other examples of the dichotomy include "salesmanship" versus "workmanship," "vested interests" versus the "common man," "sabotage" versus "community serviceability," and "conscientious withdrawal of efficiency" versus "inordinately productive enterprise." (TOOL, 1993, p. 120).

A dicotomia vebleniana surge, então, através da distinção entre o comportamento cerimonial (invidious) e comportamento tecnológico (instrumental). As principais características do comportamento cerimonial - derivadas de Veblen, Dewey e Ayres - levam à formulação do “princípio do valor instrumental”, que consiste em “... do or choose that which provides for "the continuity of human life and the noninvidious recreation of community through the instrumental use of knowledge." (Tool, 1993, p.

¹⁷ Segundo TOOL (1993, p. 119): *Heterodox scholars have followed Gunnar Myrdal's admonitions of a generation ago and placed inquiry into social value theory generally, and criteria of economic judgment more specifically, on the agenda for inquiry as necessary components of any approach claiming comprehensive coverage and relevance to problem solving.* Nesse sentido, prossegue Tool que “... Warren Samuels has recently reiterated this call. "Economics is normative," he suggests, "because the economy is normative."... economists should, as Gunnar Myrdal had long maintained, strongly endeavor to make the normative and valuational premises of their work explicit. Among other scholars responding are Mark Lutz and the social economists, and Amitai Etzioni and the socioeconomists. But it is to the work of institutionalist economists in the Veblen-Dewey-Ayres tradition that I turn here.

120). Algumas observações são sumarizadas no sentido de caracterizar o “princípio dos valores instrumentais” (op.cit, p. 125-128).

Tal princípio se caracteriza por oito itens assim resumidos: (i) Como Veblen, Dewey e Ayres explicitaram, o “princípio do valor social instrumental” é derivado de suas reflexões sobre a contínua experiência humana, do processo social em toda sua complexidade e do desenvolvimento evolucionário das culturas e dos povos ¹⁸; (ii) O princípio do valor instrumental não se apoia em fontes de informação não-evidentes ou não-fundamentadas, nem depende de conhecimento revelado intuitivamente de forma privada independente de sua demonstração, mas exige teste empírico e sua verificação¹⁹; (iii) O princípio do valor instrumental reflete a rejeição filosófica e analítica do “dualismo positivo-normativo” (e suas formas derivadas, como “meios versus fins, real versus ideal, objetivo versus subjetivo, explicação versus avaliação”, etc.) ²⁰; (iv) O princípio do valor instrumental não é eticamente relativo, nem eticamente absoluto: não há uma verdade eterna; (v) O princípio do valor instrumental não recomenda estrutura institucional alguma, mas proporciona critérios de escolha entre estruturas alternativas; assim, todas as sociedades devem utilizar as instituições existentes e criar novas instituições de forma a correlacionar comportamentos dentro de uma miríade de propósitos; (vi) O princípio do valor instrumental é produto da investigação humana e estabelece um padrão de julgamento e de condutas relacionadas à solução de problemas a partir de pessoas reais; (vii) O princípio do valor instrumental requer uma cuidadosa e extensiva investigação dentro de qualquer contexto problemático particular; portanto, não há panacéias, nem soluções mágicas, nem soluções simples e pré-configuradas; (viii) Finalmente, o princípio do valor instrumental não atenta ao interesse de qualquer grupo econômico especial, sistema de poder político, classe social, nacional ou étnica.

¹⁸ Para TOOL (1993, p. 125): “*The instrumental value principle may not be characterized as taxonomic, teleological, or hedonistic as Veblen characterized neoclassical utility theory in his The Place of Science.*”

¹⁹ Seguindo o mesmo autor (op.cit. p. 125): “*In instrumental value theory, no given, antecedent natural laws deterministically pattern or constrain behavior: instrumental theory reflects a quest for and assessment of observable regularities of actual behavior rather than a tacit acceptance of observable regularities of a presumed natural order. No presumptions are made of a continuous movement toward equilibrium conditions as a normative good or of a fortuitous and autogenetic emergence of capitalist institutions.*”

²⁰ Salienta TOOL (1993, p. 126) que: “*As William Waller has observed,*” both sides of the dualism are treated as separate realms of reality. Institutionalists reject this separateness and argue that both sides of the dualism in fact are different aspects of the same unified reality.”

Esses oito elementos permitem avançar na compreensão dos arranjos institucionais oriundos do comportamento dos agentes. Não integram, portanto, um receituário, nem um desenho a ser seguido, mas uma orientação de como soluções e reavaliações são tratadas no ambiente de interação.

Antes de concluir, consideramos importante mencionar que Hodgson é crítico à dicotomia vebleniana proposta por Ayres, devido ao fato que tal noção contempla mais os aspectos cerimoniais do comportamento humano, do que a natureza evolucionária, derivada da psicologia comportamental dos hábitos e instintos²¹. Não trataremos dessa controvérsia aqui nesse artigo, mas reconhecemos a necessidade e relevância de tal discussão, a fim de que possamos estabelecer avanços mais integradores da ampla agenda de pesquisa derivada de Veblen.

O que podemos sinalizar, a partir da discussão aqui esboçada, é que a agenda de pesquisa institucionalista constitui um rico e fértil campo analítico a ser (re)incorporado na análise econômica. Sem isso, será mais difícil compreender (fora das análises convencionais, baseadas em expectativas e comportamentos “racionalis”) a complexidade das mutações que ameaçam a economia mundial, bem como suas mediações nas diversas economias nacionais. Entendê-las exige um esforço analítico que ultrapassa os princípios de racionalidade substantiva, cálculos prospectivos e estabilidade macroeconômica, contempladas pelo *mainstream* convencional.

²¹ Nesse sentido, Hodgson argumenta que: “Por exemplo, as idéias de que a psicologia de Veblen era behaviorista, que ele via o comportamento individual como sendo quase inteiramente explicado pela cultura ou instituições, ou que ele defendeu uma “dicotomia vebleniana” entre instituições e tecnologia, são todas elas contraditas por múltiplas declarações de seus próprios escritos (Hodgson 2004; McFarland 1985; Waller 1999). Em particular, o trabalho de Ayres representa uma continuação direta e desenvolvimento dos preceitos veblenianos? Compare-se as premissas filosóficas e psicológicas dos dois autores, ao lado de suas visões da natureza e do papel das instituições na sociedade. Por exemplo, Veblen enfatizou e nunca abandonou o conceito de instinto; mas para Ayres era um anátema. Veblen entendeu que pressupostos ontológicos ou “metafísicos”, que não poderiam ser validados por evidência, eram necessários para qualquer teoria; mas Ayres - como todos os positivistas - evitou a metafísica. Veblen enfatizou o papel do indivíduo ao lado de instituições e cultura; mas para Ayres o indivíduo era totalmente subordinado à cultura. Veblen tentou aplicar os princípios darwinianos à evolução social; mas Ayres subestimou o significado do darwinismo para as ciências sociais. Veblen via as instituições como restritivas e facilitadoras da ação humana; mas Ayres concentrou-se em seus aspectos conservadores e restritivos.” (Hodgson, 2007, p. 336).

REFERÊNCIAS

- COLANDER, David, HOLT, Richard P. F. & ROSSER, JR J. Barkley (2004). The “Changing Face of Mainstream Economics”. **Review of Political Economy**. Volume 16, Number 4, 485–499, October.
- DEQUECH, David. (2002). The demarcation between the “old” and the “new” institutional economics: Recent complications. **Journal of Economic Issues**, v. 36, n. 2, p. 565-572, jun.
- DEQUECH, David (2013), “Economic institutions: explanations for conformity and room for deviation”. **Journal of Institutional Economics**, 9(1): 81-108.
- DUGGER, William (1988). Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20.
- DUGGER, William & SHERMAN, Howard. **Reclaiming Evolution: A dialogue between Marxism and institutionalism on social change**. 2000.
- GIDDENS, Anthony (2011). **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. 2.ed. São Paulo, Editora Unesp, 338p.
- GORDON, Wendell (1980). **Institutional Economics: The Changing System**. Austin, University of Texas Press.
- HODGSON, Geoffrey M. (1998a). The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**. v. 36, n. 1, p. 166-192, mar.
- HODGSON, Geoffrey M. (1998b). On the evolution of Thorstein Veblen’s evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**. v. 22, n. 4, p. 415-431.
- HODGSON, Geoffrey M. (2000). What is the essence of Institutional Economics, **Journal of Economic Issues**, Vol. XXXIV, No. 2 June. *p. 317 -329*.
- HODGSON, G. M. (2001). **How Economics Forgot History**. London: Routledge.
- HODGSON, Geoffrey (2004). **The Evolution of Institutional Economics: Agency, structure and Darwinism in American Institutionalism**. Routledge, London. 559 p.
- HODGSON, Geoffrey M. (2006). What Are Institution? **Journal of Economic Issues**, v. XL, n. 1, p. 1-25, mar.
- HODGSON, Geoffrey M. (2007). The Revival of Veblenian Institutional Economics **Journal of Economic Issues**, Vol. XLI No. 2 June. Pág 325-340.
- HODGSON, Geoffrey M. (2009). Institutional Economics into the Twenty-First Century. **Studi e Note di Economia**, Anno XIV, n. 1, pagg. 03-26. Gruppo Montepaschi.
- HUNT, E.K. & LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico**. [tradução de André Arruda Villela] - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- KLEIN, Philip. The Institutional Challenge: beyond dissent. In: TOOL, Mark (Ed.). **Institutional Economics: Theory, Method, Policy**. Kluwer Academic Publisher. Print USA. 1993, p. 13-47.
- LAWSON, T. (2005) “The Nature of Institutional Economics,” **Evolutionary and Institutional Economics Review** 2. 1: 7–20. 26
- MARSHALL, Ray (1993). Commons, Veblen, and Other Economists: Remarks upon Receipt of the Veblen-Commons Award. **Journal of Economic Issues**. v. 26, n. 2, p. 301-322, jun.
- MYRDAL, Gunnar (1984). **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. São Paulo, Abril Cultural, (Os Economistas).

- NORTH (1994). Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**. Vol. 84, nº 3, jun. p. 359-368.
- NORTH, Douglass C. (1991). Institutions. **Journal of Economic Perspectives** v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter.
- NORTH (2005). **Understanding the Process of Economic Change**. Celebrating 100 Years of Excellence Princeton University Press.
- NORTH, WALLIS & WEINGAST (2006). A conceptual framework for interpreting recorded human history. **NBER working paper series, nº 12795**. Cambridge, MA, 80 p. downloaded.
- RUTHERFORD, Malcolm. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. **Cambridge Journal of Economics**, vol.22, pp. 463-477. 1998.
- SAMUELS, Warren J. (1995) The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**. v. 19, n. 4, p. 569-590.
- THÉRET, Bruno. (2003). “As instituições entre as estruturas e as ações,”. **Lua Nova**, n. 58, pp. 225-254. Título original: “Vers une convergence intra-et interdisciplinaire des conceptions de l’institution?” Comunicação no Colóquio “Organizations et institutions: règles, coordination et evolution”, maio de 2001.
- TOOL, Mark (Ed.). **Institutional Economics: Theory, Method, Policy**. Kluwer Academic Publisher. Print USA. 360 p. 1993.
- TOOL, Mark. The theory of instrumental value: extensions, clarifications. In: TOOL, Mark (Ed.). **Institutional Economics: Theory, Method, Policy**. Kluwer Academic Publisher. Print USA. p. 119-159. 1993.
- VEBLEN, Thorstein B. (1899). **The Theory of the Leisure Class: An Economic Study in the Evolution of Institutions**. New York: Macmillan, 1899.
- VEBLEN, Thorstein B. (1914). **The Instinct of Workmanship, and the State of the Industrial Arts**. New York: Macmillan.
- VEBLEN, Thorstein B. (1919). **The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays**. New York: Huebsch, 1919.
- VEBLEN, Thorstein B. (1923). **Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times**. New York: Huebsch,.
- VEBLEN, Thorstein B. (1966). **Teoria da Empresa Industrial**. Rio de Janeiro, Editora Globo, 1966 (Série Universitária).
- VEBLEN, Thorstein. Por que a economia não é uma ciência evolucionária? [1898] In: SALLES, Alexandre, PESSALI, Huáscar & FERNÁNDEZ, Ramón (org.) **Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: UNESP. 2017. p. 31-52.